

O desafio da liberdade

JORNAL DA TARDE

José Nêumanne

A República brasileira comemorou ontem seu primeiro século de existência realizando a maior e mais livre eleição majoritária da História. Ao escolher quem vai governar o Brasil nos próximos cinco anos, num gesto simples, mas livre, isento de pressões e soberano, 82 milhões de cidadãos brasileiros maiores de 16 anos exercitaram o primado da liberdade sobre a tirania e começaram um longo processo de construção de um regime democrático que pode ser duradouro, sólido e justo, como é anseio da maioria. Trata-se de uma conquista, mas também de um desafio: o de garantir a liberdade política é a decisão democrática numa sociedade numerosa e marcada pelas diferenças sociais, que podem transformar o País no explosivo palco de uma guerra entre classes antagonistas irreconciliáveis.

A eleição de ontem teve também o signo da indispensável legitimidade no momento de crise vivido pelo Brasil. Na República Velha, o caráter representativo do pleito era posto em dúvida tanto pela baixa proporção do eleitorado registrado em relação ao total da população, quanto pelo sistema de bico-de-pena, que submetia os resultados finais das urnas à censura privada das oligarquias regionais. A Revolução de 1930, feita em nome de uma renovação social modernizadora, consagrada na Constituição de 1934, terminou impedindo a livre manifestação da sociedade pelas urnas sob a força das baionetas, com o golpe do Estado Novo, em 1937. Durante a ditadura de Getúlio Vargas (até 1945, quando a democracia foi restabelecida, mercê do próprio clima internacional de abertura, no pós-guerra), não se realizaram eleições nos municípios, nas unidades da Federação nem no âmbito federal.

O regime instituído em 1946, regido pela Constituição mais liberal que já vigorou no Brasil, instalou a modernidade política no País ao incorporar ao processo de escolha dos governantes, em todos os níveis, o sufrágio universal, em nome da igualdade, o voto secreto, homenageando a autonomia do cidadão, e um sistema partidário consistente e representativo da sociedade brasileira da época. A diferença entre a eleição presidencial, cujo primeiro turno se realizou ontem, e o último pleito federal direto, regido pela Constituição de 1946, é justamente o fato de a sociedade brasileira contemporânea ter desenvolvido padrões de convivência mais difíceis e delicados do que os vigentes na década de 50 e no começo dos anos 60.

O Brasil de 1989, que está elegendo o sucessor do regime transitório do autoritarismo para a democracia, chefiado por José Sarney, é muito mais populoso e dispõe de uma economia bem maior e mais complexa do que o País que, em 1960, consagrou o fenômeno Jânio Quadros com uma vitória eleitoral espetacular. De 1960 até hoje, o Brasil deixou de ser rural e passou a ter um eleitorado majoritariamente

urbanizado (segundo os cálculos do IBGE, 80% dos cidadãos que foram às urnas ontem vivem nas grandes cidades, submetidas à violência, à poluição ambiental e às agruras comuns da moderna civilização do cimento armado e do asfalto).

Esta civilização, instalada nos trópicos, não conseguiu ainda superar problemas graves como a ineficiência do Estado no atendimento às necessidades básicas da população, a corrupção nas relações econômicas, principalmente naquelas entre o cidadão e o aparelho administrativo estatal, e o vazio patrimonialista que mancha a biografia da maioria de nossos homens públicos. Mas, pelo menos, já adquiriu, dolorosamente, a experiência de que as rupturas institucionais, que terminam invariavelmente em aventuras autoritárias, reforçam mais do que combatem esses vícios próprios de um regime marcado pela fragilidade das instituições e pelo personalismo doentio.

A centenária República brasileira está apta a mostrar, no voto, sua capacidade de construir um regime novo, no qual a dependência dos caudilhos e dos "salvadores da Pátria" se transforme na consciência coletiva de que só é possível resolver problemas vividos e devidamente analisados. Ao comparecer a sua seção eleitoral, cada brasileiro expressou a consciência da responsabilidade de seu gesto, decorrente não apenas da decisão de escolher um homem para gerenciar a maior crise econômica experimentada pelo País mas também da manifestação coletiva de tomar o poder em suas próprias mãos, escolhendo rumos e saídas adequadas ao desejo soberano da maioria.

Esta é a eleição mais importante da história do Brasil justamente por sua característica peculiar de reunir tantas circunstâncias impressionantes. O número dos eleitores (82 milhões) por si só justificaria a expectativa em torno de seu resultado. Mas há ainda mais: nunca se apresentaram à disputa tão diferentes tendências político-ideológicas, deixando claro que o pluralismo é o caminho desejado pela sociedade brasileira para reger os destinos políticos desta nação de 140 milhões de almas.

Apesar dos excessos cometidos em alguns momentos, do baixo nível programático do debate entre os candidatos e de tentativas espúrias de última hora de turbar o processo eleitoral, a eleição presidencial de 1989 é um marco. Ela está sendo feita para reafirmar a vocação irresistível da sociedade brasileira para a liberdade e confirmar as graves responsabilidades que incumbirão ao grupo político que, afinal, no segundo turno, em 17 de dezembro, arrebatou a vitória. Na prática, o Brasil saberá que a liberdade é uma agradável conquista, mas traz consigo uma grave responsabilidade, além de ser um grande desafio.

José Nêumanne é editor e editorialista do Estado